



O PETRÓLEO É NOSSO E O GÁS É DA UFRJ

> Na semana em que a Petrobras completa sete décadas, os professores da UFRJ comemoram o resultado de duas pesquisas robustas para o setor de óleo de gás. Pesquisadores da Escola de Química construíram um separador supersônico inovador que separa com alta eficácia o CO₂ do gás natural, técnica alvissareira para melhorar a extração no pré-sal. Já um grupo da Coppe desenvolveu uma membrana com líquidos iônicos mais estável e com melhor desempenho que as tradicionais.

Páginas 2 e 3

PRO GRE SSÕES

> Protocolado em agosto na reitoria, requerimento da AdUFRJ para mudar regras das progressões acadêmicas ganhou força esta semana, após Federal Rural remover restrições que ainda estão em vigor na UFRJ. AdUFRJ preparou novo documento que será entregue sexta-feira, 6. **Página 7**



AOS 70 ANOS, PETROBRAS RETOMA PROTAGONISMO

> Estatal perdeu ativos importantes durante o governo Bolsonaro, mas agora se prepara para renovar investimentos em exploração, produção, refino e energias renováveis

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

O grande ato da campanha salarial do dia 3 de outubro no Rio começou diante da sede da Eletrobras e terminou em frente ao prédio da Petrobras. Nada mais simbólico para uma manifestação em defesa dos servidores, do Serviço Público e das estatais — três dos principais alvos do nefasto governo Jair Bolsonaro. Aos 70 anos, completados no mesmo dia 3 de outubro, a maior empresa do país vem resgatando nesse início de governo Lula um protagonismo que relembra o movimento que a criou, em 1953, com a célebre campanha “O Petróleo é Nosso”.

O cenário para a companhia nem de longe lembra o ostracismo dos últimos quatro anos. Na gestão Bolsonaro, o Sistema Petrobras perdeu nada menos do que 68 ativos, incluindo subsidiárias como a BR Distribuidora, a Liqigás e a Gaspetro, além de quatro refinarias, dezenas de usinas eólicas e termelétricas e campos de petróleo em terra e mar. Como seria difícil aprovar a privatização da empresa no Congresso Nacional, a estratégia de vendê-la em fatias foi adotada com enorme sucesso: os 68 ativos

representam 70% do total do Sistema Petrobras.

É muito difícil reverter essas perdas. A Federação Única dos Petroleiros (FUP) vem pressionando o governo a retomar alguns ativos que foram vendidos. O símbolo maior dessa ofensiva é a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) de Araucária (PR). A unidade foi fechada em março de 2020, com a demissão de mais de mil trabalhadores, para fins de privatização. Mas a mobilização dos petroleiros foi fundamental para brecar a venda, que acabou cancelada em dezembro do ano passado.

Além de ampliar investimentos na exploração e produção de petróleo — incluindo o desejo, que colide com a ala preservacionista do governo, de desbravar a foz do Rio Amazonas, no Amapá —, a companhia pretende intensificar esforços para resgatar sua presença no refino. A FUP defende até mesmo a improvável reestatização das quatro refinarias privatizadas por Bolsonaro: Landulpho Alves - Mataripe, na Bahia; Isaac Sabbá, no Amazonas; Clara Camarão, no Rio Grande do Norte; e a Unidade de Industrialização do Xisto, no Paraná.

Podem ser que isso não seja de todo possível, mas em vídeo gravado por ocasião dos 70 anos da empresa, o presidente Lula deu um alento aos que sonham com os dias mais prósperos de outrora.



“Graças à coragem de um presidente chamado Getúlio Vargas e graças à ousadia do povo brasileiro que foi pras ruas gritar ‘o petróleo é nosso’, conseguimos criar a mais extraordinária empresa brasileira”, diz Lula no vídeo. No depoimento, ele condena as privatizações e assume o compromisso de resgatar o protagonismo da companhia: “A Petrobras não pode ser vista como uma empresa qualquer, é a mais importante que tem no Brasil. Muitas vezes tentaram destruir a Petrobras e até mudar o nome. Ativos foram vendidos, e graças à nossa volta vamos fazer com que a Petrobras volte a ser a empresa grandiosa que sempre foi”.

UFRJ CRIA TECNOLOGIAS PARA AUMENTAR PRODUÇÃO DE GÁS

> Separador supersônico e membranas que utilizam líquidos iônicos avançam no processo de separação do dióxido de carbono (CO₂) do gás natural nas plataformas offshore da Petrobras

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Dois projetos tecnológicos de ponta da UFRJ, ambos em parceria com a Petrobras, estão na linha de frente do aumento da eficiência na produção de gás natural nos campos offshore do pré-sal. No momento em que a estatal comemora seus 70 anos, a UFRJ ajuda a maior empresa brasileira a abrir novos horizontes.

O primeiro é um equipamento para separação do CO₂ do gás natural, desenvolvido pelo Laboratório de Fluidodinâmica Computacional da Escola de Química. Chamado de separador supersônico, o equipamento está agora em fase de testes, após simulações numéricas comprovarem sua eficácia. O segundo projeto, do Centro de Excelência em Gás Natural (CEGN) da Coppe, já provou em escala laboratorial a utilização em alta performance dos líquidos iônicos no desenvolvimento de membranas para separar o gás carbônico do gás natural nas plataformas.

Coordenador do Laboratório de Fluidodinâmica Computacional — Lab CFD, da sigla em inglês Computational Fluid Dynamics —, o professor Ricardo Medronho, emérito da Escola de Química, apresentou um resumo do projeto do separador em junho passado no 11º Congresso Mundial de Engenharia Química, em Buenos Aires. “Houve uma ótima recepção ao nosso trabalho. Os separadores supersônicos são equipamentos muito simples, pois são baciais com uma seção convergente e outra divergente que aceleram o gás a velocidades supersônicas, o que implica em uma diminuição da temperatura e da pressão. Esta diminuição provoca a condensação de gases mais pesados”, explica Medronho.

O professor lembra que a descoberta dos campos do pré-sal acelerou a busca por tecnologias que possam contribuir para o melhor aproveitamento do gás natural nessas reservas. “Com a descoberta do pré-sal, em 2006, verificou-se que o gás natural proveniente destes reservatórios

continha uma quantidade excessiva de CO₂, entre 20% e 70%. Esta enorme quantidade de CO₂ impôs uma séria dificuldade tecnológica para o aproveitamento desse gás natural, uma vez que a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) limita o teor de CO₂ no gás natural a, no máximo, 3%. As tecnologias disponíveis até aquele momento conseguiam tratar teores máximos de 20% de CO₂.”

De acordo com Ricardo Medronho, a primeira tecnologia desenvolvida para tratar os altos teores de CO₂ foi a separação com membranas. Mas ela tem limitações. “É necessário, por exemplo, reduzir a pressão do gás natural a 60 bar (1 bar é aproximadamente igual à pressão atmosférica) e o CO₂ separado deixa o módulo de membranas entre 4 e 10 bar, impondo o uso de compressores potentes de modo a elevar esta pressão a níveis entre 300 e 500 bar, pressão necessária para a reinjeção deste CO₂ de volta ao reservatório. Além disso, as membranas têm que ser trocadas com frequência, o que aumenta o custo operacional”.

Simulações numéricas feitas pela equipe do Lab CFD mostram que o separador supersônico é capaz de reduzir, por exemplo, os 40% de CO₂ contidos no gás natural para 3%, o que atende às especificações da ANP. “Foi um projeto muito desafiador, pois tratava-se de um escoamento supersônico, compressível, multicomponente, multifásico e com transferência de calor e massa entre as gotas e o gás devido à condensação e à possível reevaporação das gotas. É um estudo inovador e trata de um assunto de pesquisa de ponta, que se encontra no limite superior do estado da arte de separadores supersônicos”, observa o professor.

MEMBRANAS

Embora aborde uma tecnologia já tradicional na separação do CO₂ do gás natural — as membranas —, o segundo projeto traz como inovação o uso de líquidos iônicos, com baixa volatilidade e boa estabilidade térmica no processo. “Alguns líquidos iônicos próticos, baseados em etanolaminas e ácidos carboxílicos, apresentaram altas seletividades para absorção do CO₂”, afirma o professor Cristiano Borges, da Coppe, um dos

FOTOS: DIVULGAÇÃO



“É um estudo inovador, que se encontra no limite superior do estado da arte de separadores supersônicos”

RICARDO MEDRONHO
Professor emérito da UFRJ

coordenadores do trabalho, ao lado dos professores Frederico Kronemberger e Claudio Habert. Segundo ele, as membranas desenvolvidas já comprovaram desempenho e estabilidade superiores às disponíveis no mercado, em escala laboratorial. Os experimentos foram feitos em condições próximas às industriais.

Cristiano observa que poucos fornecedores internacionais oferecem membranas poliméricas com essa finalidade, o que reveste a parceria da Coppe com a Petrobras de caráter estratégico. “Durante a extração do gás em reservatórios a 5 mil metros de profundidade, à medida em que ele é transportado à superfície, vai se despressurizando. Em pressões muito elevadas,

há aumento do volume do polímero que forma a membrana e ela perde resistência mecânica e eficiência de separação”, explica o professor. A nova tecnologia também pode contribuir para a redução da emissão de carbono no processo de extração de óleo e gás offshore, já que o CO₂ retirado do gás natural pode ser reinjetado no reservatório.

Afora o conhecido uso em veículos, em substituição à gasolina, ao álcool ou ao diesel, o gás natural, alvo principal dos dois projetos, pode ser utilizado como combustível para geração de calor ou de eletricidade e como matéria-prima na produção de metanol, amônia, ureia e fertilizantes.

‘Teto de gastos serve para reduzir o Estado’

> Avaliação é de Carlos Pinkusfeld, que proferiu palestra no dia 3 sobre impactos do arcabouço fiscal nos serviços públicos. Atividade organizada pela AdUFRJ fez parte das mobilizações pela campanha salarial

ALESSANDRO COSTA

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

A AdUFRJ organizou uma atividade de mobilização em defesa dos salários dos professores federais e do Serviço Público no último dia 3 de outubro. Professor do Instituto de Economia, Carlos Pinkusfeld é especialista em inflação, política econômica, desenvolvimento econômico e déficit público. Em sua avaliação, o novo arcabouço fiscal, embora amplie os recursos para áreas sociais, em comparação com o teto de gastos, continua tendo como foco a limitação do gasto público. “Teto de gastos serve para reduzir o tamanho do Estado”, afirmou durante sua palestra. “O mundo já cresceu muito mais, com inflação muito menor, sem regra nenhuma”.

O novo arcabouço fiscal, criado no governo Lula e aprovado pelo Congresso em agosto deste ano, surgiu para substituir o teto de gastos, aprovado durante o governo Temer. O teto congelava por 20 anos os gastos do governo aos valores do ano anterior, corrigidos pela inflação, e desconsiderava qualquer possibilidade de ampliação do orçamento. Todo excedente era transferido para a dívida pública.

O especialista demonstrou que, entre 2016 e 2022, sete áreas tiveram crescimento, como Assistência e Saúde, por conta da pandemia. Enquanto 21 itens precisaram ter diminuição dos gastos. Dentre eles, Educação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Cidadania, Habitação e Meio Ambiente tiveram redução orçamentária de até 85%. O investimento público no mesmo

período caiu 52,5%.

Já o arcabouço do governo Lula mantém a regra do superávit primário e cria o que o professor Pinkusfeld chamou de “teto móvel”: o gasto só pode crescer 2,5% ao ano, mas abre possibilidade para revisão das contas e crescimento de 70% da arrecadação tributária do ano anterior. No entanto, em caso de a arrecadação não bater a meta estipulada, os gastos ficam restritos a 50% do ano anterior. Além disso, o gasto primário só pode ser financiado pela arrecadação tributária. “No curto prazo, cai o tamanho do Estado e só volta a aumentar no longo prazo, em décadas. Se o resultado primário for inferior ao projetado, você cresce menos do que poderia”, afirmou o professor. “É duplamente ruim”.

Para o docente, não é o limite de gastos que determina o crescimento do Estado. “As pessoas que estão apoiando a atual regra esquecem o que aconteceu nos governos Lula (2003 a 2010). Houve aumento grande dos gastos públicos. Apesar disso, houve superávits primários não só constantes, como bastante elevados”, disse. “Não é verdade, portanto, que o aumento do gasto impacta negativamente o PIB. Não há uma ligação óbvia entre esses dois fatores, como argumentam”, afirmou.

O professor explicou que a primeira regra fiscal brasileira surgiu em 1999. Ela determinava que o superávit primário precisava ser suficientemente grande para compensar um possível aumento de juros para controle da inflação. A regra vigorou até 2016, quando surgiu o teto de gastos. “O arcabouço fiscal é uma mistura dessas duas regras. Há o resultado primário e há a limitação dos gastos públicos. A



“QUANDO você impõe um teto, em que há despesas que crescem vegetativamente, esse teto pressiona outros gastos”

gente teve o ‘teto’ e agora tem o ‘tetinho’”, observou Pinkusfeld. “Quando você impõe um teto, em que há despesas que crescem vegetativamente, como previdência, esse teto pressiona outros gastos”.

CRÉDITOS ESPECIAIS

Outro problema apontado pelo professor sobre o arcabouço fiscal diz respeito ao nível de investimento público que já estava muito baixo antes do estabelecimento da nova regra. “Não é uma boa ideia, em geral, você travar o crescimento do gasto numa situação em que já há muita debilidade do investimento público. Você cresce pouco a partir de um nível já muito baixo”, criticou. “Se a gente crescer 2,5%, não alcança a taxa mundial, mesmo que a economia se acelere”.

Para o próximo ano, há a perspectiva de R\$ 32,4 bilhões em créditos especiais, desde que a inflação fique maior do que 3,16%, medida neste ano. “Há, supostamente, um espaço que nos permite crescer, que é a diferença medida entre julho de 2022 e junho de 2023 e a projetada para o ano que vem”.

O orçamento do ano que vem projeta gastos com Educação com investimento 37,5% maior do que de 2023 e aumento do custeio em 7,5%, mas pouco disso destinado às universidades federais. “Setenta por cento desses valores são relacionados à educação básica”, observou Carlos Pinkusfeld.

O docente terminou sua explanação de forma pessimista. “Há mudanças definidas para ampliar a taxa de arrecadação tributária e outras quatro estão

no Congresso. Se tudo der certo, a arrecadação tributária tiver 10% de aumento real, como projetam, e o resultado primário não estourar, a gente cresce 1,7% em 2024”.

Presidenta eleita da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart agradeceu a exposição do colega e as informações detalhadas sobre as possibilidades para 2024. “Com a atividade de hoje, o sindicato encontra uma de suas principais funções, que é organizar os interesses da categoria para que haja mais incidência e sucesso junto à sociedade e aos tomadores de decisão”, disse. “Precisamos chamar atenção da sociedade sobre a desvalorização do servidor. Foram quatro anos de ataques incisivos do bolsonarismo”, lembrou.

A palestra foi transmitida ao vivo pelo YouTube e está disponível no canal da TV AdUFRJ.

SERVIDORES RETOMAM AS RUAS

> Campanha salarial e em defesa do Serviço Público ganha força com manifestação no Centro do Rio. Ato também marcou os 70 anos da Petrobras e pediu a reestatização de empresas públicas

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

As ruas do Centro do Rio voltaram a ser ocupadas pelos servidores públicos federais da Saúde, Ciência e Educação na última terça-feira, dia 3. A manifestação começou na porta da Eletrobras, estatal privatizada no governo Bolsonaro, seguiu para a Candelária, onde encontrou o núcleo da educação, e continuou em passeata pela Avenida Rio Branco até a porta da Petrobras, na Avenida Chile. A estatal completou 70 anos na mesma data.

Enquanto os funcionários das estatais pediam políticas públicas de fortalecimento das empresas e a reestatização da Eletrobras, os servidores do Executivo federal exigiam mais recursos no orçamento de 2024 para infraestrutura e investimento nos serviços públicos, além de previsão para o reajuste dos salários no próximo ano. A atividade fez parte da jornada nacional dos servidores e aconteceu em outras capitais do país.

Os professores da UFRJ estavam presentes. “Hoje foi um dia muito importante. Nosso

objetivo, com esta mobilização, é mostrar ao governo que é importante negociar com os servidores”, observou a presidenta da AdUFRJ e vice-presidenta eleita, a professora Nêdir do Espírito Santo. “Já para a sociedade, fica o recado sobre o quanto nossos salários estão defasados”, disse. “É um movimento que demonstra união na indignação do funcionalismo sobre o limite orçamentário destinado aos servidores”.

Rodrigo Fonseca, professor do Nupem-Macaé e diretor eleito da AdUFRJ, ressaltou a representatividade de movimentos e sindicatos que participaram da manifestação. “É um ato integraldo, expressivo, com outras categorias do funcionalismo”, disse. “Este é um passo inicial para fortalecer nossa campanha salarial e a pressão por mais recursos no orçamento para as universidades federais”, pontuou.

“O ato de hoje é um marco importante”, concordou a professora Leonora Ceia, da Faculdade Nacional de Direito. “Temos um governo muito bem-vindo, mas que traz muitos desafios para o funcionalismo federal”, pontuou. “Temos um Congresso muito reacionário, contra a efetivação de direitos e a reforma administrativa está na nossa

sombra. Portanto, é muito importante nosso diálogo e unidade com as diferentes categorias do Serviço Público”.

Rostos jovens e nem tão jovens ornamentaram as ruas da cidade. Tatiane Andrade, estudante de Enfermagem de Macaé, era uma jovem voz em busca de seu direito a melhores condições de estudo. Ela viajou 230 km até o Rio para participar da manifestação. “A falta de orçamento impacta muito a infraestrutura e o nosso direito à permanência no ensino superior”, disse. “Precisamos garantir mais verbas para a universidade, para que ela se mantenha pública, gratuita e socialmente referenciada”.

Aos 64 anos, dona Marta Machado também pegou a estrada para fortalecer a luta dos servidores. Foram 440 km de Belo Horizonte (MG) até a Candelária. Pensionista da Petrobras e professora primária aposentada, ela saudou a presença da AdUFRJ no ato. “Eu espero que os governos ajudem os professores, que precisam de melhores salários e dignidade. Sem educação, o país não avança”, afirmou. “Estou aqui em defesa dos professores e também da Petrobras, que é tão importante para o Brasil”.



FOTOS: ALESSANDRO COSTA

Na juventude, dona Marta dava aulas numa escola primária no interior de Minas Gerais. “Eu ia de pau-de-arara”, lembrou. A escola ficava no município de Camacho, a 200 km de Belo Horizonte. “Lá a gente fazia de tudo e com pouca ou nenhuma estrutura. Hoje, a situação da educação não mudou muito. Ainda existem muitas carências. Eu fico feliz em ver essa faixa de vocês. Realmente, o professor vale muito mais que esse 1% que eles anunciaram”.

Coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros, Deyvid Bacelar considerou o ato um sucesso. “Construímos e realizamos um ato histórico, que simboliza a retomada das ruas nesse governo do presidente de Lula, porque a gente precisa cumprir o nosso papel da educação não mudou muito. Ainda existem muitas carências. Eu fico feliz em ver essa faixa de vocês. Realmente, o professor vale muito mais que esse 1% que eles anunciaram”.

JOÃO LAET



dessa recomposição”.

Diante dos informes das outras seções sindicais presentes, ficou evidente, segundo Mayra, a pouca mobilização dos professores e que, ainda assim, alguns segmentos insistem na convocação de uma greve. “Em virtude do esvaziamento de muitas universidades não paralisaram as atividades no dia 3”, observou a professora.

O Andes, por sua vez, passou informes sobre atuação junto a parlamentares. Segundo a diretoria, foram 34 reuniões em gabinetes e com o Dieese, órgão ao qual o Andes encomendou estudo sobre a carreira docente.

minhamentos aprovados, também há a previsão de encontros com os parlamentares da bancada do Rio”, explicou a dirigente.

Mayra cobrou da diretoria do Andes uma atuação mais efetiva junto aos parlamentares a respeito da campanha salarial dos servidores federais. “A gente reivindica que o Andes tenha uma reunião com a deputada Daniela Ribeiro, que é presidente da Comissão de Orçamento, e com o relator da PLOA (deputado Luiz Carlos Motta)”, disse a professora. “Acreditamos que esse é o caminho: a busca do diálogo, da responsabilidade, de tentar sensibilizar a sociedade e os tomadores de decisão para que entendam a importância

SINDICATO PRESENTE À REUNIÃO DOS GTS

A professora Verônica Damasceno, diretora eleita da AdUFRJ, participou na quinta-feira, 5, de uma reunião do escritório regional do Andes, no Centro do Rio. O encontro buscou organizar os professores das seções sindicais do estado em torno de pautas como: recomposição salarial, carreira e autonomia universitária.

A reunião fez parte das mobilizações dos servidores públicos federais em torno da campanha salarial 2024, realizadas ao lon-

go desta primeira semana de outubro.

A ideia é reativar grupos de trabalho temáticos nos sindicatos docentes das universidades federais, sobretudo os de Política Educacional, Verbas, Carreira e Política de Formação Sindical.

PETIÇÃO DOS PROFESSORES DE UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

Pela recomposição salarial dos professores e TAEs das universidades e institutos federais

Nós, abaixo assinados, endossamos a reivindicação de professores e técnicos administrativos educacionais pela recomposição dos salários dos servidores das universidades federais brasileiras.

Ao Presidente do Senado Federal, Senador Henrique Pacheco
Ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arthur Lira
À Presidente da Comissão

Mista de Orçamento, Senadora Daniela Ribeiro
Ao Relator Geral da PLOA, deputado Luiz Carlos Motta
Entre 2017 e 2022, os professores do Magistério Superior, do Ensino Básico, Técnico e

Tecnológico e os técnicos-administrativos educacionais das universidades e institutos federais amargaram seis anos de salários congelados. Em que pese a recomposição salarial emergencial de 9%, conquistada em maio deste ano, as perdas desses grupos chegam a 39%. Ou seja, mais de um terço da remuneração foi corroído pela inflação. Trata-se de profissionais que são essenciais na prestação dos serviços públicos de educação e para o desenvolvimento do país.

Os docentes federais, que dedicam quase duas décadas aos estudos, iniciam sua carreira acadêmica com salários de três vezes menores do que de outras carreiras cuja escolaridade exigida é igual ou inferior que a de um docente com doutorado. É, portanto, urgente a valorização das carreiras e das condições de vida do funcionalismo, sobretudo da Educação.

Nós, abaixo assinados, solicitamos que o Congresso Nacional garanta provisão de verbas na Lei Orçamentária Anual

(LOA) 2024 para reajuste de servidores, de forma a permitir recomposição de perdas inflacionárias já no início do ano que vem. Solicitamos, ainda, a retirada da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, da reforma administrativa, que acaba com a estabilidade e deixa a política pública à mercê da política de conveniência. A referida PEC foi gestada e defendida pelo governo Bolsonaro e precisa ser imediatamente arquivada.

ENTREVISTA | PROFESSORA ANA PAULA ABREU MOURA, DIRETORA ELEITA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO

'MINHA TRAJETÓRIA FOI TODA NO ENSINO PÚBLICO'

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Um novo rosto e uma nova cor para a diretoria da Faculdade de Educação (FE). A professora Ana Paula Abreu Moura não apenas se orgulha em ser a primeira diretora negra da unidade e a primeira da sua família a entrar na universidade, mas também de “trazer a questão racial para dentro do currículo” na proposta de campanha da chapa eleita no pleito dos dias 26 e 27 de setembro. A docente toma posse em 1º de janeiro.

A vice-diretora eleita é a professora Silvana Fernandez, cuja carreira focada em planejamento educacional a trouxe da Argentina para o Brasil e até a UFRJ. Ela defende que “o lema da reconstrução” de que o presidente Lula tanto fala é importante: “Temos que reconstruir prédios e laços, o material, o relacional e o simbólico”.

A nova diretoria embarcou em um desafio inédito na Faculdade de Educação: elaborar um Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), que funciona como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), mas localizado. Para isso, a aposta é no diálogo com todos os setores da universidade e sociedade.

A diretoria defende o “modelo participativo”, como explicado pela professora Silvana. “O PDU é novo na UFRJ e é facultativo. Escolhemos fazer porque é uma oportunidade ímpar de conversarmos com todos os segmentos, estudantes, professores, servidores, técnicos, e diferentes setores da sociedade com quem nos vinculamos”. O diálogo vai pautar a gestão.

A elaboração do PDU é uma experiência. “Não estamos só no nosso curso, mas também em todas as licenciaturas. Será uma experiência de desenvolvimento e experimentação de tudo que estamos analisando e pesquisando, mas também de forma pedagógica”, completou Silvana Fernandez.

Confira a seguir a entrevista com a nova diretora.

■ Jornal da AdUFRJ: Como foi sua trajetória para chegar à diretoria da faculdade?

● **Ana Paula Abreu Moura:** Costumo dizer que nem nos meus sonhos mais ousados imaginei que seria diretora da Faculdade de Educação. Cresci na Ilha do Boqueirão (perto da Ilha do Governador), muito isolada. Com oito anos, pegava uma embarcação em um trajeto de 40 minutos, e depois andava dois quilômetros até o Bananal, para então chegar ao ponto de ônibus. Eu luto pelo direito à Educação, pela Educação de Jovens e Adultos, porque na minha vida esse direito também foi conquistado com muito suor. Minha trajetória foi toda no ensino público, da escola até a graduação na Uerj, o mestrado na UFF — onde conheci Silvana Fernandez — até o doutorado na UFRJ. No último ano do Ensino Médio, recebermos duas ex-alunas que estavam na Uerj e voltaram à escola por iniciativa própria. Elas disseram: “É possível. Fomos atrás de isenção na matrícula e entramos em Letras e Pedagogia. Viemos aqui para dizer que é difícil para caramba, mas é possível!”. Mesmo assim, eu não achava que era possível, e fui atrás por incentivo de uma amiga mais velha que eu. Antes de ser professora, fui técnica da UFRJ, e fiz a prova numa situação complicada: minha filha tinha nascido 20 dias antes, e tive que sair da sala 13 vezes porque ela estava chorando e incomodando os outros candidatos. Quando passei em primeiro lugar, fiquei surpresa. Nós, que somos negros, carregamos no corpo e na alma as cicatrizes do que é ser negro em uma sociedade racista. Minha candidatu-

ra vem do reconhecimento do poder das instituições públicas em formar minha identidade e do papel que posso cumprir para fortalecer essas instituições.

■ Como vai funcionar a elaboração do PDU?

● Vamos discutir as diretrizes com nossa comunidade acadêmica, estabelecendo algumas questões: Quais são as ações? Quais são as metas? Como alcançamos o que é solicitado e gestado pelo corpo social que envolve os três segmentos, professores, técnicos-administrativos e alunos? Também vamos incluir o quarto segmento, que são os terceirizados. É difícil por conta da alta rotatividade dos funcionários, mas alguns deles estão na universidade há muito tempo. Vamos tentar.

■ A UFRJ e o país estão em uma situação difícil. Quais serão as principais pautas da nova gestão?

● A elaboração do PDU, o fomento à internacionalização e à extensão, e a reestruturação da Faculdade de Educação. Desde o incêndio de 2011 no Palácio, atuamos em condições muito precárias. Temos aula no Aulário da Praia Vermelha, ocupamos algumas salas do Fórum e as poucas salas da FE que estão liberadas para uso com trabalho administrativo e os grupos de pesquisa. Não temos uma sede, e precisamos de um espaço físico que nos comporte. Hoje, não temos nem sala dos professores. Se um aluno quiser falar com a gente e deixar um material, não tem como. Não temos um lugar para estudar e descansar. Temos quatro labo-



DIVULGAÇÃO

ratórios que funcionam em um corredor. Logo, não temos espaço para trabalhar, o que é um limitador não só para nossas questões operacionais, mas também para a nossa identidade como faculdade.

■ E quanto à extensão e a à internacionalização?

● A internacionalização, principalmente com os países do Mercosul, é importante para os alunos entenderem que nós, como América Latina, temos desafios parecidos na educação e no país. O avanço nas atividades de extensão é para ampliar a interlocução da faculdade com a Educação Básica, que é grande, mas pode ser maior. Precisamos discutir como os movimentos sociais estão fazendo educação, e trazer o conhecimento deles para pensar a educação na perspectiva da educação popular, sistematizada por Paulo Freire, um marco no Brasil. Muitos pensam que a extensão é só levar o conhecimento da universidade para a sociedade, mas também temos que fazer o caminho inverso, porque conhecimento se constrói junto, a partir da interação dialógica. A extensão, então, ressignifica a universidade e pode ajudar a repositonar a identidade da Faculdade de Educação.

■ Como assim?

● Ela está pulverizada, sem um centro. Sou de um tempo da faculdade em que todos se encontravam e se conheciam.

Você podia não ter aula com aquele professor, mas sabia quem era. Agora, você não pode estar com as pessoas, e isso é fundamental para a constituição de nossa identidade enquanto unidade acadêmica.

■ E quanto à alta evasão da UFRJ?

● Primeiro, temos que identificar as razões da evasão. Para isso, é preciso um espaço de escuta e análise. Sem essas informações, não há como tomar medidas. Os auxílios também são importantes. Hoje, vemos jovens reclamando que as condições de permanência ainda são poucas. O que temos atualmente são conquistas de pessoas que lutaram com muito suor. Na minha época, não havia bilhete único universitário, por exemplo, e era muito difícil pagar a passagem do ônibus. Por isso, para quem olha do passado, é muito. Agora, temos que lutar por mais.

■ Como será a relação com a reitoria?

● Temos um novo reitor e uma nova direção. Vamos aproveitar esse momento para sentar e dialogar, não só em um movimento de colocar nossas necessidades, mas de diálogo em diversas instâncias, para entender com a reitoria vai trabalhar junto com a gente. Será então de defesa da universidade enquanto um patrimônio público e de nossas pautas da Faculdade de Educação. Mesmo que surjam divergências, vamos buscar entendimento e diálogo.

AdUFRJ faz nova investida por mudança nas progressões

>Requerimento da AdUFRJ entregue à reitoria em agosto ganha fôlego após Federal Rural remover restrições que ainda estão em vigor na UFRJ. Novo documento será protocolado sexta-feira, 6

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Cresce a pressão para a mudança das resoluções do Consuni que prejudicam as progressões docentes na UFRJ. A coirmã UFRRJ acaba de remover algumas restrições aos processos de desenvolvimento na carreira ainda em vigor na maior federal do país. As chamadas progressões múltiplas estão autorizadas e, em vez da data de avaliação da banca, os efeitos financeiros de cada avanço passam a retroagir ao momento do requerimento administrativo do professor.

As alterações promovidas na Rural tomam como referência dois pareceres recentes da Advocacia-Geral da União (AGU) — noticiados na edição nº 1.287 deste jornal — que revisam a orientação restritiva de direitos adotada durante os governos Temer e Bolsonaro. O novo cenário da Rural motivou a direção da AdUFRJ a protocolar mais um requerimento — o terceiro desde o início da atual reitoria — solicitando a revisão das normas internas (veja quadro com os dois primeiros). “Esses pareceres da AGU concordam com um ponto que a AdUFRJ vem defendendo há tempos: a possibilidade de progressão múltipla. E representam um avanço ao considerar que os efeitos financeiros da progressão se iniciem a partir da data do pedido docente”, afirma o 2º vice-presidente do sindicato, professor Ricardo Medronho. A AdUFRJ reivindica, na esfera judicial e administrativa, que os efeitos retroajam ao momento em que o docente cumpre os 24 meses de trabalho (interstício) e a pontuação mínima exigida. O que, normalmente, é uma situação que se configura antes mesmo do requerimento administrativo da progressão ou promoção.

tes que a própria universidade”, reforça o advogado Renan Teixeira, da assessoria jurídica da AdUFRJ. “O mais favorável hoje é desde a data do protocolo. Mas vamos continuar defendendo que seja desde o preenchimento dos requisitos: interstício e pontuação”, completa.

RURAL JÁ DISPAROU NOVAS ORIENTAÇÕES

As mudanças da Rural foram oficializadas através de memorando da pró-reitoria de Gestão de Pessoas distribuído a todos os servidores, em 13 de setembro. No documento, assinado pela pró-reitora Miliene Moreira de Souza, a Progep convoca “os docentes que têm progressões/promoções em atraso a compilarem suas documentações e abrirem seus processos”. Os efeitos financeiros dos interstícios acumulados estarão sujeitos à prescrição de cinco anos — por lei, a cobrança de créditos trabalhistas precisa obedecer a este prazo.

E, além das progressões múltiplas, a Rural também determinou que a data do interstício será mantida para efeitos da carreira. Ou seja, mesmo que não receba os efeitos financeiros neste momento — neste caso, ele teria que coincidir ou ser anterior à data do requerimento administrativo —, o professor não terá sua carreira alongada artificialmente.

“O que está acontecendo nas universidades? Estão dando os efeitos a partir da data das comissões. A cada vez, a comissão acaba determinando uma nova data-base da progressão

RELEMBRE AS REUNIÕES COM A REITORIA SOBRE PROGRESSÕES



ALESSANDRO COSTA

29 DE AGOSTO

Logo na primeira reunião com o reitor Roberto Medronho, a diretoria da AdUFRJ reivindicou a mudança das resoluções da universidade que prejudicam as progressões e promoções docentes.



KELVIN MELO

30 DE AGOSTO

No dia seguinte à reunião com o reitor, os diretores do sindicato encontraram-se com representantes da pró-reitoria de Pessoal. A PR-4 tem assento no Consuni e pode influenciar a mudança da norma.

e o professor vai perdendo esta diferença de tempo para a data do interstício original”, explica Renan. “A cada avanço na carreira, o acúmulo de atrasos pode se transformar em anos perdidos para o professor”.

Também será possível a avaliação de desempenho de interstícios acumulados, ainda que os efeitos financeiros sejam limitados aos últimos cinco anos — o prazo para a cobrança dos créditos trabalhistas é estabelecido por legislação federal.

Presidente da Associação dos Docentes da UFRRJ (ADUR), a professora Elisa Guaraná comemorou a mudança das normas locais, após um longo processo de disputas judiciais e de negociação para a mudança da reitoria. “É uma grande vitória para o movimento docente na Rural, que tem as progressões como um tema prioritário”.

Elisa relatou que a ADUR tem ingressado na Justiça com vários processos individuais para preservar o direito dos professores às progressões, além de uma ação coletiva — que hoje tramita no Tribunal Regional Federal da 2ª Região. “A gestão passada entrou com muitas ações individuais. Uma delas, para garantir progressões múltiplas, foi recentemente deferida em segunda instância”, informou.

“É essa decisão da Justiça que chegou no momento que vieram os novos pareceres da AGU e quando a gente vinha novamente debatendo com a reitoria a necessidade de melhorar as condições de progressão na Rural”, completou a dirigente.

AdUFRJ

VEM PRA POSSE

SEGUNDA-FEIRA | 16 DE OUTUBRO DE 2023 | 18H

DIRETORIA E CONSELHO DE REPRESENTANTES

2023

FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA DA UFRJ
AVENIDA RUI BARBOSA, 762

AdUFRJ

JORNAL DA AdUFRJ / REDAÇÃO - COORDENAÇÃO: ANA BEATRIZ MAGNO CHEFIA DE REPORTAGEM: KELVIN MELO EDIÇÃO: ALEXANDRE MEDEIROS, KELVIN MELO E SILVANA SÁ
REPORTAGEM: KELVIN MELO E SILVANA SÁ ESTAGIÁRIO: IGOR VIEIRA DESIGN: ANDRÉ HIPPERTT TI: MARCELO BRASIL